

# VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CONVERGÊNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA INFLAÇÃO

Prof. Luiz Carlos de Carvalho Júnior

## 1 Introdução

Quando da consulta aos manuais de Economia Monetária, no capítulo referente ao tema "Inflação", em geral verifica-se a apresentação das causas do fenômeno como sendo: a) um excesso de demanda relativamente à oferta; b) uma elevação dos custos de produção; e c) fatores estruturais. As teorias que enfatizam estas causas são as seguintes: para o item a, as teorias monetaristas e a keynesiana; para o item b, a teoria da inflação de custo; e para o c, a teoria estruturalista.

Recentemente, em nível de Brasil, têm sido divulgadas com maior insistência as teorias das expectativas racionais e a teoria da inflação inercial. A primeira faz entender que o processo inflacionário é formado fundamentalmente pelas expectativas dos agentes econômicos quanto ao funcionamento do sistema econômico, enquanto que a segunda relaciona a inflação atual à inflação passada, sendo explicada pelo comportamento defensivo dos agentes econômicos no sentido de preservar a sua renda real.

Neste artigo, foi feita uma revisão destas teorias, assim como foram ressaltados os aspectos em que elas são convergentes.

## 2 Teorias Quantitativistas

O termo "monetarismo" está ligado à idéia de que a inflação é causada por um excesso de dinheiro em circulação em relação ao produto da economia. Esta relação entre quantidade de moeda e nível de preços é bastante antiga, tendo sido inicialmente formulada por filósofos, nos séculos XVI e XVII, visto que na época, a economia, enquanto ciência, não tinha a sua existência reconhecida (o que só veio a acontecer com a obra de Smith).

Jean Bodin, em 1576, afirmava que o aumento dos preços decorria da expansão da quantidade de metais preciosos provenientes da América. John Locke, em 1691, enfatizou que os preços variavam na mesma proporção da quantidade de moeda em circulação, o que ficou conhecido por postulado da proporcionalidade.

Fisher, em 1911, formalizou estas relações matematicamente através da equação  $MV=PT$ , onde  $M$  é a quantidade de moeda em circulação,  $P$  o preço médio das mercadorias e  $T$  o volume físico de todos os bens transacionados na economia. Fisher considerava  $V$  constante devido: a) aos hábitos dos indivíduos com relação à manter consigo a moeda; e b) aos mecanismos de pagamento dos indivíduos com relação à frequência, regularidade e sincronização dos recebimentos e pagamentos. O volume de transações ( $T$ ) também seria considerado constante ou poderia variar junto com o produto da economia. Sendo assim, uma expansão em  $M$  teria efeitos somente sobre  $P$ .

Marshall e Pigou formularam o que ficou conhecido como a equação de Cambridge:  $M=KPY$ , sendo  $Y$  o produto real,  $P$  o nível geral de preços e  $K$  o coeficiente de retenção da moeda. A equação de Cambridge informa que os agentes econômicos estão dispostos a manter uma quantidade de moeda proporcional à renda nominal. A equação de Cambridge supõe um equilíbrio entre a oferta ( $M_o$ ) e a demanda de moeda ( $M_d$ ). Portanto, ter-se-ia  $M_o=M_d$ , ou  $M_o = KPY$ .  $M_d$  seria uma decisão dos agentes econômicos, enquanto que  $M_o$  seria determinada exogenamente pelas Autoridades Monetárias. Desta maneira, um incremento de  $M$  acima de  $Y$  (produto real) resultaria, num primeiro momento, num desequilíbrio, já que  $M_o > M_d$ . Uma nova situação de equilíbrio seria alcançada através da expansão dos preços, visto que, neste modelo, a moeda não traria efeitos permanentes sobre o produto.

### 3 A Teoria Keynesiana

Quando se fala em teoria Keynesiana, este termo pode envolver não apenas o próprio J. M. Keynes, mas também os seus seguidores, conhecidos pela denominação de "neokeynesianos".

A visão keynesiana da inflação aparece quando Keynes opina sobre como financiar os gastos de guerra. No ano de 1939, ele escreveu alguns artigos enfocando a relação entre os gastos governamentais e a distribuição de renda, aparecendo a inflação como o elemento que permitiria a transferência de renda entre os diferentes setores da economia.

O início do processo se daria quando o governo expandisse os seus gastos. Enquanto a economia estivesse operando com elevado grau de capacidade ociosa, o resultado seria um incremento de renda e a elevação de alguns preços. A inflação se manifestaria quando o pleno emprego dos recursos estivesse próximo. Em função do aumento de

nível geral de preços, os gastos reais do governo diminuiriam. Com relação a isto, REGO (6) explica que "se se assumir que o governo está determinado a manter a sua despesa real no nível mais alto do início do processo, a despesa do governo em termos monetários atuais deverá aumentar na proporção do aumento do índice de preços, recomeçando o processo e repetindo-o indefinidamente, o que gerará um contínuo movimento do índice de preços, numa espiral salários-preços".

No final da década de 50, passou a predominar o debate entre inflação de demanda e inflação de custos. Os neokeynesianos colocavam que a inflação de demanda se manifestaria quando ocorresse uma expansão da demanda agregada que não pudesse ser atendida pelo aumento da oferta agregada, em decorrência da inexistência de capacidade ociosa na economia, refletindo-se somente nos preços. A inflação de demanda poderia também ser verificada quando a economia não tivesse atingido o pleno emprego, pois o incremento da produção iria requerer a contratação de novos trabalhadores, com qualificação inferior à daqueles já empregados, com reflexos sobre os custos de produção e conseqüentemente nos preços. Deve ser ressaltado que o incremento dos custos seria originado da queda de produtividade dos fatores de produção ou ainda do pagamento de salários mais elevados por parte das empresas para conseguir trabalhadores já empregados em outras empresas. Estas situações ocorreriam quando a economia estivesse se aproximando do pleno emprego. Apesar de ter desencadeado um aumento nos custos, o elemento propulsor teria sido a expansão da demanda.

A inflação de custos poderia ser caracterizada pela modificação dos custos de produção, proveniente de aumentos salariais acima da inflação passada e do ganho de produtividade. Poderia também ocorrer através do aumento das margens de lucro das empresas. Assumindo que as empresas fixam seus preços através de uma margem sobre os custos dos materiais e da mão-de-obra, com a elevação real dos salários as empresas que atuam em mercados não competitivos, tenderiam a manter a magnitude da margem, repassando integralmente a subida dos custos aos preços. Neste caso, o elemento desencadeador do aumento dos preços, teria sido os salários reais mais elevados. As empresas poderiam, também, expandir a magnitude da margem, com o intuito de incrementar a sua parcela na renda gerada na economia. Portanto, mesmo que os custos e a demanda não se modificassem, os preços poderiam subir. A inflação poderia ser originada, também, da quebra de safras agrícolas, ou elevação do preço de determinadas matérias-primas importadas.

#### 4 A Curva de Phillips e a Inflação

A curva de Phillips tem a sua origem no trabalho de Phillips, de 1958, que estudou a relação entre desemprego e a taxa de variação dos salários nominais. A relação encontrada é a de que os salários nominais variam inversamente com a taxa de desemprego.

Lipsey, em 1960, procurou sistematizar esta relação. Em seu modelo, a taxa de variação salarial é determinada pelo excesso de demanda no mercado de trabalho. Isto pode ser formalizado pela equação  $W^* = f\left(\frac{N^D - N^O}{N^O}\right)$ , onde  $W^*$  é a variação dos salários,  $N^D$  é a demanda de trabalho e  $N^O$  a oferta. Então, segundo esta equação, a variação dos salários é função do excesso de demanda de trabalho. Pode-se ainda assumir que  $U = f\left(\frac{N^D - N^O}{N^O}\right)$ , onde  $U$  é a taxa de desemprego. O sentido das duas relações pode ser observado nos gráficos abaixo.

Gráfico 1

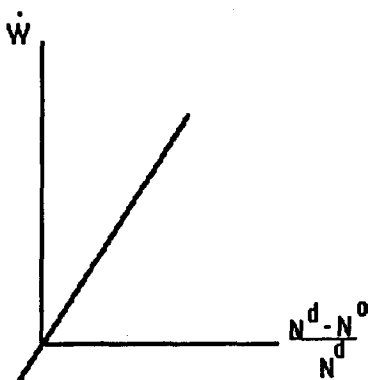
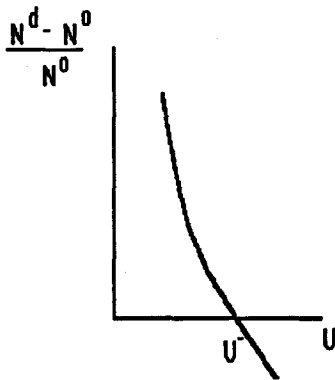


Gráfico 2

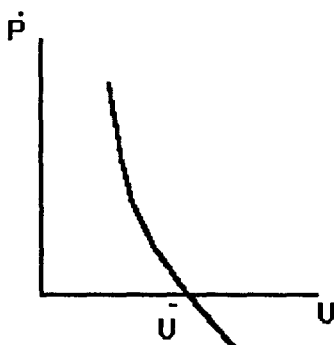


No primeiro gráfico, a variação dos salários é diretamente relacionada ao grau de excesso da demanda de trabalho. Quanto maior o excesso de demanda de trabalho, maior será a variação dos salários. No segundo gráfico, tem-se que a relação entre excesso de demanda de trabalho e a taxa de desemprego é inversa. Quanto maior o excesso de demanda, menor será a taxa de desemprego. Mesmo quando o excesso de demanda de mão-de-obra é zero, existe desemprego na economia ( $U^*$ ).  $U^*$  é função do tempo que os indivíduos levam para se mover de um emprego para outro. Unindo as duas equações acima especificadas,

tem-se  $W^* = f(U)$ , isto é, a variação dos salários é relacionada com a taxa de desemprego. Quanto menor o nível de desemprego, maior será a variação dos salários, e vice-versa.

A curva de Phillips pode ser apresentada como uma relação entre inflação e desemprego. Segundo MARQUES (3) "a passagem de  $W$  para  $P$  pode ser feita, por exemplo, supondo a existência de um estrutura não-competitiva no mercado de produto, com as empresas fixando seus preços com base no custo unitário da mão-de-obra acrescido de um potencial *mark-up* constante". Nestas condições, a taxa de inflação é determinada pela diferença entre a taxa de variação do salário nominal e a taxa de crescimento da produtividade média da mão-de-obra. Portanto, a curva de Phillips pode ser representada como no gráfico 3.

**Gráfico 3**



Baixas taxas de desemprego poderiam ser obtidas ao custo de altas taxas de inflação, assim como baixas taxas de inflação seriam acompanhadas de elevadas taxas de desemprego.

## 5 A Curva de Phillips e a Teoria das Expectativas Adaptativas

Milton Friedman, citado por SWALLEN (8), critica a curva de Phillips original por esta relacionar a taxa de desemprego à evolução dos salários nominais, desconsiderando a evolução dos preços. Ele propõe que a evolução dos salários nominais seja relacionada com a taxa de desemprego e também com a expectativa de inflação. Isto significa

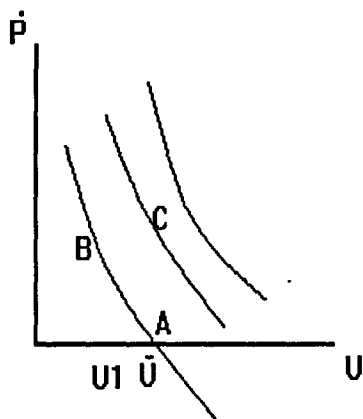
afirmar que os trabalhadores procurariam manter o seu salário real, ao incorporar aos salários nominais suas expectativas de preços crescentes.

Friedman, ao aceitar a concepção neoclássica do comportamento das empresas quanto à contratação de novos trabalhadores, assume que isto aconteceria até o ponto em que a produtividade marginal do trabalho (o seu valor) fosse igual ao salário real, agora salário real esperado.

Ele inicia o seu modelo, admitindo que a expansão monetária, ao se refletir numa expansão da demanda agregada, tem como efeito uma elevação dos preços. Se a elevação dos preços for superior àquela esperada pelos assalariados, isto representa uma queda no salário real, o que resulta em um incremento no nível de emprego (queda da taxa de desemprego que cairia a um nível inferior ao natural). Mas Friedman ressalta que este erro dos assalariados quanto à evolução dos preços tende a ser eliminado nos períodos seguintes, o que significa dizer que fariam a previsão correta. Quando isto acontecesse, haveria uma redução da oferta da mão-de-obra, restabelecendo-se aquela parcela de desemprego que teria sido artificialmente reduzida por uma mera e temporária ilusão quanto à evolução dos preços.

Em termos da curva de Phillips, podemos apresentar o desenvolvimento do modelo, observando o gráfico 4.

Gráfico 4



Inicialmente, os trabalhadores têm a expectativa de que os preços não se alteram. A economia está em equilíbrio no ponto A, onde se tem a taxa natural de desemprego.

Suponhamos que o governo decida expandir a quantidade de moeda na economia, resultando em elevação dos preços. Os salários caem e as empresas aumentam o nível de emprego, tendo como consequência a queda da taxa de desemprego de  $U$  para  $U1$ . O equilíbrio passa de A para B.

Quando os trabalhadores percebem a existência da inflação, eles incorporam em seus reajustes salariais uma expectativa de inflação que, se for a correta, redundará em queda no nível anterior (novo equilíbrio: ponto C, porém com uma taxa de inflação mais elevada).

Portanto, a curva de Phillips a longo prazo seria vertical, significando que as políticas monetária e fiscal são ineficazes para reduzir o desemprego a longo prazo, resultando somente em taxas de inflação mais elevadas. As políticas expansionistas só têm efeito no curto prazo e enquanto a taxa esperada de inflação pelos assalariados ficar abaixo da taxa efetiva. Quando os assalariados conseguissem prever as taxas de inflação no longo prazo, o emprego voltaria ao seu nível inicial. De acordo com KLAMER (2) "o ajustamento toma algum tempo, mas a longo prazo as expectativas dos trabalhadores em relação aos preços alcançam o nível efetivo de preços e restaura-se a situação clássica de equilíbrio a longo prazo. Assim, o efeito da política expansionista se faz sentir tão somente em termos nominais".

Com relação ao processo de formação de expectativas dos agentes econômicos, Friedman assumiu o modelo de CAGAN, segundo o qual a previsão da inflação é formada através de uma média ponderada das taxas de inflação esperada e efetiva do período anterior, conhecido como modelo das expectativas adaptativas. MARQUES (3) afirma que "a pressuposição de que os indivíduos prevêem inflação futura com base em uma função do tipo acima permite a ocorrência de erros contínuos de previsão, que possibilitam a existência de uma curva de Phillips com alguma inclinação, mesmo no longo prazo. Para que isto ocorra, basta que as taxas de inflação variem sistematicamente".

## **6 Teoria das Expectativas Racionais**

Este modelo possui várias semelhanças com o de Friedman. Em ambos os modelos, o nível de produto é modificado em decorrência de equívocos dos agentes econômicos em suas expectativas. O salário real esperado é o elemento fundamental dos dois modelos. Segundo SWAELLEN (8), a diferença entre eles aparece no processo de formação das expectativas. No modelo de Friedman, os agentes econômicos podiam ser ludibriados diversas vezes, o que resultaria em um efeito sobre o nível do produto, enquanto as suas expectativas não fossem corretas. Já no modelo das expectativas racionais, admite-se que os agentes econômicos não cometem erros sistematicamente. SWAELLEN (8) afirma que "um indivíduo racional não repete o mesmo erro duas vezes. Qualquer evento que se repita permite que os indivíduos tenham

expectativas racionais". Isto significa dizer que os trabalhadores e empresários teriam um conhecimento adequado do funcionamento do sistema econômico e, desta maneira, teriam a possibilidade de antecipar os efeitos de uma dada política econômica.

KANDIR (1) destaca que, segundo este modelo, "as informações disponíveis para os tomadores de decisão do setor privado não são melhores do que aquelas disponíveis para os tomadores do setor público, e a tendência dos agentes econômicos de interpretarem a economia de uma forma correta torna perfeitamente antecipáveis as conseqüências de todas as decisões de política econômica, ainda que longínquas. Assim os agentes econômicos podem neutralizá-las e, ao analisar sistematicamente a situação econômica, tendem a antecipar as decisões de política econômica, neutralizando-as antes mesmo de sua implementação". Sendo assim, a política econômica só poderia ter um efeito sobre o produto, se os agentes econômicos não conseguissem antecipá-la.

Portanto, um incremento do estoque de moeda acima das expectativas de crescimento do produto, teria como resultado uma elevação da inflação na mesma magnitude. Mesmo no curto prazo, não haveria impacto no setor real. Em termos da curva de Phillips, significa que seu formato seria uma reta vertical, tanto no curto como no longo prazo. Ou em outras palavras, a moeda é neutra nas duas dimensões temporais.

Os adeptos da teoria das expectativas racionais receitam como remédio para combater a inflação contrair abruptamente a expansão dos meios de pagamento anunciado para não causar surpresas.

## 7 O Estruturalismo

Esta teoria procura explicar os processos inflacionários dos países em desenvolvimento e ressaltar que estas economias têm características que as diferenciam relativamente às desenvolvidas.

De acordo com esta teoria, a inflação proviria da incapacidade de certos setores produtivos de atenderem às modificações da demanda. Os distúrbios poderiam estar localizados no setor agrícola, no setor externo ou no próprio governo.

Nos países subdesenvolvidos, observar-se-ia um crescimento da demanda de produtos agrícolas nos períodos de industrialização, quando se verificaria uma migração do campo para a cidade, assim como uma expansão na demanda de matérias-primas oriundas do setor agrícola.



Porém, a oferta não cresceria no mesmo ritmo em função da estrutura fundiária destes países e também das dificuldades em importar produtos agrícolas (devido à escassez de divisas). Tal situação se traduziria na expansão dos preços dos produtos, em decorrência da rigidez para baixo dos preços de alguns setores da economia.

Os distúrbios originários do setor externo proviriam inicialmente do fato de que a industrialização pressionaria as importações (de matéria-prima e bens de capital) e de que a pauta de exportações desses países seria composta, em boa parte, de produtos agrícolas, cujas cotações seriam bastante instáveis. Observar-se-ia ainda que, com o intuito de incentivar as exportações, seriam feitas desvalorizações reais da taxa de câmbio, que se refletiriam também em elevação dos preços em moeda nacional dos produtos importados.

Outros elementos inflacionários destacados por esta teoria seriam o preço em moeda estrangeira dos produtos importados e o nível dos gastos públicos. Em função da necessidade de realizar elevados níveis de importação para permitir a industrialização, a subida nos preços de matérias-primas e bens de capital importados poderiam ter efeito considerável sobre o nível geral de preços do país. Com relação aos gastos públicos, estes cresceriam consideravelmente, em decorrência da assunção por parte do Estado da tarefa de montar a infra-estrutura básica requerida pela industrialização, gastos estes geralmente financiados por emissão de moeda, com os conseqüentes efeitos sobre a inflação.

MARQUES (3) afirma que "todas essas pressões inflacionárias só geram um processo permanente de expansão monetária e aumento de preços, graças aos chamados mecanismos de propagação, sendo o principal deles o conflito distributivo".

## **8 Teorias da Inflação Inercial**

O termo inércia inflacionária está associado à idéia de que a inflação de hoje é decorrente da inflação de ontem. Não acontecendo nenhum fato novo que puder vir a acelerar a inflação, ela tende a se perpetuar indefinidamente.

SERRANO (7) advoga que a inércia inflacionária pode ser explicada a partir de cinco visões. A seguir, apresentaremos as três que julgamos ser as mais importantes.

A primeira delas é a teoria das expectativas racionais, que já foi exposta anteriormente, mas que será interessante revermos seus elementos

principais. Segundo esta teoria, os agentes econômicos têm pleno conhecimento de como funciona o sistema econômico, o que permitiria que eles formassem expectativas corretas sobre a inflação que irá prevalecer no período seguinte. Em função disto, eles saberiam que a inflação iria seguir o crescimento da oferta de moeda que superasse a taxa esperada de crescimento real. Este modelo explica a ocorrência da inércia inflacionária, a partir da idéia de que, com o intuito de impedir uma crise de liquidez na economia, o Banco Central adota uma política monetária acomodativa. REGO (6) afirma que, segundo esta teoria, o governo expandiria a oferta de moeda na mesma proporção do crescimento da renda nominal do período anterior. SERRANO (7) coloca que "assim a oferta de moeda deverá crescer além do produto potencial no montante aproximado da inflação passada, o que determina uma inflação a longo prazo inteiramente inercial. Como os agentes econômicos privados têm expectativas racionais, estes antecipam a trajetória de equilíbrio da economia e crescimento dos preços a partir desta inflação esperada, gerando um processo de inflação inercial".

A segunda visão está relacionada à teoria das expectativas adaptativas. De acordo com este modelo, a inflação esperada decorre de uma média ponderada das taxas observadas em períodos recentes mais um fator de correção que é uma proporção do erro de expectativa do período anterior. Em períodos de elevadas taxas de inflação e com relativa estabilidade na sua magnitude, as expectativas seriam formadas basicamente considerando-se as observações dos períodos mais recentes e a inflação esperada seria praticamente igual a do período anterior, devido a eliminação dos erros cometidos em função da estabilidade do patamar da inflação.

A terceira visão destaca o conflito distributivo como sendo um elemento fundamental da inflação e é conhecida como a teoria da inflação inercial. De acordo com este modelo, os diferentes agentes econômicos teriam uma determinada parcela na renda gerada na economia, que procurariam manter. Desta maneira, quando verificassem uma elevação nos seus custos, procurariam repassá-la aos seus preços. Se não agissem desta forma, a sua renda real se reduziria. Este processo pressupõe a existência de poder daqueles agentes em realizar estas modificações em seus preços que, na verdade, independeriam do nível da demanda. Efetivamente, as empresas fixam seus preços tomando por base o custo da mão-de-obra e da matéria-prima por unidade de produto e acrescentam uma margem que seja suficiente para cobrir o custo fixo, os impostos e ainda permita a obtenção de um lucro líquido. Assim, quando o custo da mão-de-obra ou das matérias-primas se elevassem, as empresas expandiriam seus preços. Com relação aos salários, os sindicatos em suas negociações com o patronato buscariam o seu

retorno ao pico (termos reais) da negociação anterior, tomando como parâmetro a inflação constatada no período.

## **9 Convergências e Divergências entre as Teorias da Inflação**

Neste trabalho foram focalizadas as teorias quantitativas, a visão Keynesiana, a inflação de demanda, a de custos, o modelo de inflação a partir da curva de Phillips original, o estruturalismo, a teoria das expectativas adaptativas e das expectativas racionais e a teoria da inflação inercial.

Nesta seção, inicialmente as teorias serão agrupadas segundo algumas hipóteses simplificadoras e, em seguida, verificaremos a possibilidade de compatibilizá-las de acordo com hipóteses mais restritivas.

O primeiro grupo é o das teorias monetaristas, que recebem esta denominação por considerar em que a origem dos processos inflacionários se encontra na expansão dos meios de pagamentos em proporção superior ao crescimento do produto real. Estas teorias são as quantitativas, a das expectativas adaptativas e a das expectativas racionais.

O segundo agrupamento é o das teorias que enfatizam a pressão da demanda sobre a oferta agregada, como sendo a causa principal da inflação. São elas as teorias monetaristas, a visão de Keynes e a teoria nekeynesiana da inflação da demanda.

O terceiro grupo é composto pelas teorias que enfatizam o conflito distributivo, a saber: a teoria da inflação de custos, a estruturalista e a da inflação inercial.

A quarta composição reúne as teorias que destacam como principal componente da inflação a inércia inflacionária. São elas a teoria da inflação inercial, a das expectativas adaptativas e das expectativas racionais.

Na exposição acima, constata-se que as diferentes teorias foram agrupadas segundo algumas identidades. Porém, nestes agrupamentos, estão reunidas teorias que têm visões bastante diversas sobre o funcionamento do sistema econômico e, conseqüentemente, advogam diferentes políticas econômicas para o controle do processo inflacionário.

As chamadas teorias monetaristas entendem que, na economia, prevalece um sistema econômico que opera com uma utilização dos

fatores produtivos próxima ao pleno emprego, em uma situação de equilíbrio. Se por qualquer razão, a economia estiver em desequilíbrio, os preços, ao atuarem como elementos de ajuste entre os diferentes mercados, se modificarão, fazendo com que haja o retorno à situação de equilíbrio.

Os adeptos do monetarismo são contrários às políticas econômicas ativas, seja a monetária ou a fiscal, por julgarem que, a longo prazo, resultarão simplesmente num aumento do nível geral de preços sem efeito no produto real. Os governos poderiam adotar políticas expansionistas, quando considerassem a taxa natural de desemprego muito elevada. Cabe ressaltar que as teorias quantitativas e das expectativas adaptativas consideram que, a curto prazo, tais políticas teriam efeito temporário sobre o produto. Já para a teoria das expectativas racionais, as políticas expansionistas seriam ineficientes também para o curto prazo. Se o interesse do governo for combater a inflação, os monetaristas recomendam o uso da política monetária através da redução da oferta de moeda.

PERINGER (5) informa que as relações envolvidas com esta medida seriam as seguintes: redução da oferta monetária → diminuição da demanda por bens e serviços → aumento dos estoques e queda da produção → redução da demanda pelos fatores de produção → redução dos custos empresariais → redução dos preços dos produtos finais.

Já os keynesianos, com o intuito de eliminar ou reduzir a ociosidade dos fatores de produção, propõem o incremento dos gastos públicos por considerarem que o gasto privado é instável. Este tipo de comportamento geralmente resulta em déficit público. Para reduzir a inflação, recomendam a utilização da política fiscal (redução do déficit público) por não acreditarem na eficácia da política monetária, pois a redução da oferta monetária tenderia a ser compensada pelo aumento da velocidade de circulação da moeda ( $V$ ), nada acontecendo aos preços e às quantidades. Os keynesianos ainda afirmam que mesmo que o  $V$  fosse constante, o montante de meios de pagamentos não diminuiria por haver moeda aplicada em ativos financeiros. Destacam também que os preços são rígidos para baixo.

No grupo das teorias que enfocam o conflito distributivo, elas se diferenciam pelo tipo de política econômica recomendada, bem como pela origem do processo inflacionário. Segundo a teoria estruturalista, a inflação se origina devido a estrangulamentos setoriais, sendo a política recomendada agir sobre os setores que estiverem causando os estrangulamentos, cujos resultados só apareceriam a longo prazo. A

se assemelham quanto ao receituário recomendado. O início se daria quando alguns agentes tentassem incrementar a sua participação na renda real da economia. A política adotada pelos defensores da teoria da inflação de custos seria uma política de rendas. Já os adeptos da teoria da inflação inercial defendem posições contrárias entre si. Alguns sugerem medidas que venham a eliminar as indexações formal e informal da economia, enquanto outros indicam a indexação total, adotando como suporte empírico as hiperinflações ocorridas na Alemanha e a sua superação.

No quarto grupo, o das teorias que ressaltam o componente inercial da inflação, as políticas econômicas recomendadas são diferentes. As duas teorias das expectativas recomendam o controle da oferta monetária para reduzir a inflação, sendo o Plano Collor um ótimo exemplo da aplicação desde receituário. Já a teoria da inflação inercial, baseada no conflito distributivo, sugere as propostas especificadas no parágrafo anterior.

## 10 Conclusão

No presente trabalho, procurou-se verificar a possibilidade de compatibilização das diferentes teorias da inflação. Inicialmente foram listadas e apresentadas as mais conhecidas teorias. Em seguida, agruparam-se as teorias de acordo com as semelhanças existentes entre elas, tendo sido formados quatro grupos. Adotando-se hipóteses mais rígidas, tais como o entendimento do funcionamento do sistema econômico e as políticas econômicas recomendadas, concluiu-se que há dificuldades para compatibilizar as teorias devido às substanciais diferenças que elas apresentam em relação àqueles aspectos.

Pode-se, contudo, admitir que algumas teorias podem ser aceitas em conjunto com outras para explicar, pelo menos parcialmente, o processo inflacionário. É o que acontece com a teoria das expectativas racionais, que pode ser aceita em função da hipótese sobre a formação das expectativas, mesmo reconhecendo-se que a mesma apresenta problemas tais como a sua concepção neoclássica do funcionamento do mercado e as políticas recomendadas a partir desta concepção.

Sobre isto, NAKANO (4) sugere que, "diferentemente dos modelos anteriores em que a inflação é determinada apenas pelo passado..., além do componente inercial, devido aos salários passados, existe um componente de expectativa voltado para um futuro, onde a utilização das expectativas racionais tem um campo muito interessante... Em inflações galopantes as expectativas de inflação futura passam a ter um papel vital... Em inflações altíssimas a indexação defasada tende a ser

substituída por expectativas prospectivas, perdendo com isso o processo inflacionário a âncora anterior dada pela inflação passada".

### **Referências Bibliográficas**

1. KANDIR, A. **A Dinâmica da Inflação: Uma Análise das Relações entre Inflação, Fragilidade Financeira do Setor Público, Expectativas e Margens de Lucro**, São Paulo: Nobel, 1989.
2. KLAMER, A. **Conversas com Economistas**. São Paulo: Pioneira, 1988.
3. MARQUES, M. S. B. Uma Resenha das Teorias de Inflação. **Revista Brasileira de Economia**, v.41, nº2, abril-junho de 1987.
4. NAKANO, Y. Da Inércia Inflacionária à Hiperinflação. In: REGO, JM. **Aceleração Recente da Inflação**. São Paulo: Bienal, 1989.
5. PERINGER, A. M. **Monetarismo X Keynesianismo X Estruturalismo**. Porto Alegre: Globo, 1985.
6. REGO, J. M. et al. Teoria Sobre Inflação: Uma Abordagem Introdutória. In: REGO (org.) **Inflação Inercial, Teorias Sobre Inflação e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
7. SERRANO, E. L. P. Inflação Inercial e Desindexação Neutra. In: REGO (org.) **Inflação Inercial, Teorias Sobre Inflação e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
8. SWAELLEN, E. J. A. **Desemprego, Salários e Preços – Um Estudo Comparativo de Keynes e do Pensamento Macroeconômico da Década de 70**. Rio de Janeiro: BNDES, 1982.

### **Bibliografia Consultada**

- ANUATTI, F. Inflação e Reforma Monetária: Keynes e Mises. **Análise Econômica**, ano 7, nº12, 1989.
- BARBOSA, F. H. **A Inflação Brasileira no Pós-Guerra: Monetarismo X Estruturalismo**. IPEA: Rio de Janeiro, 1983.

BRESSER PEREIRA, L. C. & NAKANO, Y. Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação. **Revista de Economia Política**, vol.4, nº1, janeiro-março 1984.

GRIFFITHS, B. **Inflação: O Preço da Prosperidade**. São Paulo: Pioneira, 1981.

HENKIN, H. A Inflação na Ótica Keynesiana. **Questões de Economia Política**, v.2, nº2, 1986.

\_\_\_\_\_ O Processo Inflacionário na Ótica Monetarista: **Questões de Economia Política**, v.2, nº2, 1986.

LOPES, F. L. Teoria e Política da Inflação Brasileira: Uma Revisão de Literatura. In: SAYAD, J. **Resenha de Economia Brasileira**. São Paulo: 1979.

\_\_\_\_\_ Inflação Inercial, Hiperinflação e Desindexação: Notas e Conjecturas. **O Choque Heterodoxo**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

LUQUE, C. A. **Inflação no Brasil, 1974-1984**. São Paulo: FAPESP, 1987.

MOUTINHO, L. M. G. A Importância das Teorias de Salário para as Teorias de Inflação. **Análise Econômica**, ano 7, nº11, março 1989.